

Inquérito Civil n. 06.2019.00003232-2

Objeto: Apurar venda e exposição à venda de produtos impróprios para o consumo no estabelecimento comercial "Gerimar Comércio Ltda.", localizado no município de Rio Negrinho/SC..

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.
0003/2019/01PJ/RNE**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça Roberta Trentini Machado Gonçalves, doravante denominada **COMPROMITENTE**; **GERIMAR COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 01.202.767/0001-66, sediada na Rua Joseph Strenzel, 191, bairro Vila Nova, CEP: 89.295-000, Rio Negrinho/SC, doravante denominada EMPRESA COMPROMISSÁRIA, representada por **MARCELO SEHNEM**, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF/MF n. 055.951.459-00, natural de Rio Negrinho/SC, nascido em 11 de março de 1988, filho de Gelásio Sehnem e Mirian Pries Sehnem, doravante denominado COMPROMISSÁRIO; e por **MIRIAN PRIES SEHNEM**, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade n. 252.552/SC, inscrita no CPF/MF n. 311.428.699-20, natural de Rio Negrinho/SC, nascida em 27 de novembro de 1952, filha de Florival Pries e Gisela Pries, doravante denominada COMPROMISSÁRIA; com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ e artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; e artigo 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90 - CDC);

CONSIDERANDO que, em obediência ao disposto no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, "*na forma da lei, a defesa do consumidor*", foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90 - CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e

serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que "*são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação*";

CONSIDERANDO que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que "*é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...)*";

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 55 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias";

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n. 31.455/87, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, os quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que o Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal foi instituído em virtude do Termo de Cooperação Técnica n. 3, celebrado em 21 de outubro de 1999, consolidando-se como instrumento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina para aplicar de forma sistematizada e contínua as políticas públicas de inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores e fornecedores de aves, bovinos, ovinos, caprinos, suínos, pescados, moluscos bivalves e seus derivados em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que, em operação realizada no dia 29 de maio de 2019, neste município de Rio Negrinho/SC, conforme Relatório de Ocorrências e Auto de Infração

de Sequencial n. 88, ambos confeccionados pelos fiscais sanitários municipais e pelo fiscal da CIDASC, verificou-se que o estabelecimento comercial "Gerimar Comercial Ltda." armazenava produtos com código de origem inexistente e S.I.M com registro de baixa; armazenava produtos com data de validade expirada; armazenava produtos fora da temperatura estipulada pelo fabricante; armazenava e expunha a venda produtos sem procedência; não possuía condições estruturais adequadas para a estocagem e manejo de produtos do setor de entreposto, dentre outros, sendo apreendidos um total de 16,072kg (dezesesseis quilos e zero setenta e dois gramas) de produtos; conforme se verifica do Auto de Intimação n. 96;

RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC** –, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a cumprir as exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no que toca às irregularidades constatadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento, conforme descrito no Auto de Intimação n. 96;

II. O **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a comercializar (receber, ter em depósito, vender etc.) somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo, no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

III. O **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a não manter em seu estabelecimento (i) produtos sem procedência e sem rotulagem; (ii) produtos com data de validade expirada; (iii) produtos sem indicação da data de fabricação, origem e validade; (iv) o armazenamento irregular de envoltórios (tripas) no interior do estabelecimento; (v) a venda de produtos temperados sem embalagem, expostos em bacias;

IV. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a promover, no prazo de 90 (noventa) dias, as alterações físicas e estruturais para adequação do Setor de Entrepasto, a fim de que (i) seja fechado o acesso da sala de entreposto para área de vendas de produtos; (ii) seja procedido ao armazenamento de carnes cortadas e produtos cozidos em locais distintos; (iii) seja proporcionada divisão física no balcão expositor de venda para a área de cortes de frangos e de produtos cozidos; (iv) a viabilização de local físico exclusivo para a fabricação de embutidos e charque bovino, com total estrutura física e necessária à industrialização desses produtos; (v) viabilize ambiente adequado para a carne moída, com temperatura máxima de 10°C; (vii) seja implementado Programa de Autocontrole (PPHO, BPF, estocagem e rastreabilidade) em todos os setores do entreposto;

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

I. O COMPROMISSÁRIO, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, **compromete-se**, ainda, a pagar o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante o pagamento de boleto bancário a ser retirado nesta Promotoria de Justiça, em duas parcelas, com vencimento em 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias após a emissão dos boletos pelo Ministério Público;

II. Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a encaminhar à Promotoria de Justiça cópia da Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), em até 10 (dez) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

I. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a cada vez que descumprir quaisquer das obrigações constantes na cláusula primeira deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011.

II. Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou

documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I. O **MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face dos COMPROMISSÁRIOS, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA: FORO

I. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negrinho/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente TAC em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85), cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Rio Negrinho, 21 de agosto de 2019.

Roberta Trentini Machado Gonçalves
Promotora de Justiça

Marcelo Sehnem
Sócio-administrador do estabelecimento
Gerimar Comércio Ltda

Mirian Pries Sehnem
Sócia-administradora do estabelecimento
Gerimar Comércio Ltda

Sandrieli Stafin
OAB/SC 31.417
Advogada dos Compromissários